

O legado de Ruy Mauro Marini para as Ciências Sociais: a economia política do capitalismo dependente

Carlos Eduardo Martins¹

Resumo: Em sua análise do capitalismo dependente, Marini desenvolve conceitos de enorme fecundidade para a interpretação dos processos de acumulação de capital na América Latina. Neste artigo buscaremos analisar os conceitos de dependência, superexploração do trabalho, subimperialismo, Estados de contrainsurgência e Estados de quarto poder, destacando a sua gênese na obra do autor e a sua pertinência contemporânea.

Palavras-chave: Marini; dependência; superexploração.

Abstract: In his analysis of dependent capitalism, Marini develops concepts of great fruitfulness for the interpretation of capital accumulation processes in Latin America. In this article we seek to analyze the concepts of dependence, overexploitation of labor, subimperialism, counterinsurgency and fourth power States, highlighting on it's genesis in the author's work and it's contemporary relevance.

Key-words: Marini; dependency; overexploitation.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional/UFRJ (PEPI/UFRJ) e do Departamento de Ciência Política/UFRJ. E-mail: cadu.m@uol.com.br.

Apresentação

Ruy Mauro Marini foi um dos principais cientistas sociais latino-americanos. Sua obra é marcada por uma profunda criatividade que se expressa no rigor do uso dialético do método marxista para compreender a realidade latino-americana e o desenvolvimento da economia mundial. Ao fazê-lo, o autor redefine as leis gerais da acumulação do capital desdobrando as categorias abstratas na realidade concreta, seguindo o plano de Marx nos *Grundrisse*, onde este nomeava cinco níveis de aproximação do pensamento à realidade para reconstituí-la como concreto espiritual: a) as categorias básicas da realidade (território, população etc); b) a definição das principais categorias internas da sociedade burguesa (capital, trabalho e renda da terra) c) a síntese destas relações no Estado; d) as relações internacionais de produção; e e) o mercado mundial e as crises.

Partindo de uma totalidade mais ampla do que a teorizada pelo pensamento eurocêntrico, que via a Europa Ocidental a partir de suas relações internas e o mundo como um espaço a ser ocupado por seu desdobramento externo, Marini inclui no conceito de economia mundial, as relações internacionais de produção e o mercado mundial, inscrevendo aí centro, periferia e os países socialistas. No âmbito destas relações se constituem os padrões mundiais de reprodução do capital e o lugar que neles ocupam os países dependentes e a América Latina. Entre os temas que o autor abordou em sua obra estão o capitalismo dependente e sua especificidade, as questões da transição ao socialismo, o balanço do pensamento social latino-americano e a análise dos processos de globalização.

Em sua análise do capitalismo dependente, o autor desenvolve conceitos de enorme fecundidade para a interpretação dos processos de acumulação de capital na América Latina como são os de superexploração do trabalho, subimperialismo, Estados de contrainsurgência e Estados de quarto poder. Neste artigo buscaremos analisar os principais conceitos de que lança mão o autor para

interpretar as estruturas e a dinâmica do capitalismo dependente, destacando a sua gênese na obra do autor e a sua pertinência contemporânea.

Os conceitos de “dependência” e de “superexploração do trabalho”

Para formular o conceito de dependência, Marini diferencia os conceitos de modo de produção capitalista e os de formação social. Enquanto o primeiro se desenvolve em escala mundializante e planetária, o segundo o faz em escalas nacionais e regionais. Sendo assim, na economia mundial criada pelo capitalismo, as formações sociais são expressões particulares e articuladas de uma totalidade em desenvolvimento que é o modo de produção capitalista. Nem o capitalismo dos países centrais, nem o dos países dependentes tomados isoladamente são expressões puras das suas leis de desenvolvimento, seja porque são apenas expressões particulares e articuladas de sua totalidade, seja porque o modo de produção capitalista se desenvolve em articulação com outras formas de produção que tende a subsumir e a transformar.

A dependência se constitui naquelas formações sociais onde a produção é precedida e condicionada pela circulação internacional de capitais, cujo eixo de articulação e dinamismo encontra-se fora delas. Estas formações desenvolvem um ciclo interno de acumulação de capitais que é incapaz de se autonomizar plenamente desta subordinação, seja pelo fato de que dependem da tecnologia e do conhecimento detido por monopólios internacionais para impulsionar o seu ciclo produtivo e buscar a mais-valia extraordinária; seja porque dependem de capitais estrangeiros para realizar investimentos e saltar os limites da balança comercial; ou ainda porque precisam expandir a economia exportadora para fazer frente à dependência financeira e tecnológica e às transferências de mais-valia que resultam das remessas de lucros, pagamentos de serviços e desvios de preços das

mercadorias em relação ao valor oriundos da situação monopólica de que são objetos. Embora as economias dependentes estabeleçam um ciclo endógeno orientado para a demanda interna, principalmente com o desenvolvimento dos seus processos de industrialização, estes permanecem limitados e condicionados pela inserção subordinada na circulação internacional de capitais que a expansão do modo de produção capitalista impulsiona. Não é por outra razão que Marini inicia *Dialética de dependência* com uma análise da economia exportadora, que considera o elemento simples que joga luz sobre uma totalidade mais complexa que é o ciclo do capital na economia dependente, cujo desenvolvimento analisará nesta mesma obra e em maior detalhe em artigos como *O ciclo do capital na economia dependente* e *Mais-valia extraordinária e acumulação de capital*.

As formações sociais dependentes são objeto da fixação da mais-valia extraordinária seja no âmbito do mercado mundial, seja no interior de suas economias, que implicam transferências de mais-valia intersetoriais e intrasetoriais, as quais incidem negativamente sobre os capitais de pequeno e médio porte que em condições monopólicas estão simultaneamente abaixo das condições médias de produção e constituem a maior fonte de empregos para os trabalhadores. Incapazes de neutralizar estas transferências pela via tecnológica, estes capitais recorrem à maior exploração do trabalho uma vez que não podem elevar a capacidade produtiva do trabalho, configurando um padrão que determina o salário médio no mercado de trabalho e sua relação com a qualificação da força de trabalho, a extensão e a intensidade de trabalho, do qual se beneficiam também os setores monopolistas na compra e exploração da força de trabalho.

A maior exploração do trabalho, que Marini conceitua como superexploração do trabalho, implica a queda dos preços da força de trabalho por debaixo de seu valor e se realiza através de três mecanismos, de forma conjugada ou isolada: a redução salarial, a elevação da intensidade de trabalho ou o aumento da jornada de trabalho, ambos sem o aumento da remuneração equivalente

à maior utilização e desgaste da força de trabalho. Segundo Marini, a superexploração é o resultado de compensações que visam neutralizar transferências de mais-valia dos capitais de menor intensidade tecnológica para aqueles que desfrutam de situação monopólica. Estas transferências se originam nos processos de concorrência inerentes à circulação do capital e são impulsionadas, principalmente, pela mais-valia extraordinária, mas também pelos preços de produção. A mais valia-extraordinária intersetorial é a forma mais dinâmica e desenvolvida destas transferências e concentra o progresso técnico no segmento de bens de consumo suntuário, criando demanda para a expansão de suas mercadorias pela substituição de força de trabalho por maquinaria, transferindo, assim, demanda do trabalho ao capital. Desta forma, mantém o valor social das mercadorias e sustenta os seus preços apesar de desvalorizá-las individualmente.

Este tema, Marini analisará em detalhe em seu artigo *Mais-Valia Extraordinária e acumulação de capital*, que considera em suas *Memórias*, um complemento indispensável à *Dialética da dependência*. Neste artigo, o autor introduz o progresso técnico nos esquemas de reprodução de Marx e aponta na economia de força trabalho por maquinaria a fonte de demanda que permitirá sustentar a mais-valia-extraordinária no setor de bens de consumo suntuário e desviar os preços das mercadorias de sua desvalorização individual, explicando a deterioração dos termos do intercâmbio dos produtos primários em relação aos manufaturados por instrumentos teóricos e analíticos radicalmente distintos dos formulados por Raúl Prebisch e a Cepal.

Nas formações sociais dependentes, a mais-valia extraordinária, objetivo por excelência do capital, assume historicamente forma extrema pela associação tecnológica entre o grande capital local e o capital estrangeiro e adquire dimensão estrutural e dinâmica. Diferentemente do que ocorre nas formações sociais dos países centrais, a inovação tecnológica entra aos saltos desconectando-se da capacidade produtiva das empresas nacionais e de seu poder de reação aos novos patamares de competição pela via da elevação

da produtividade. Estabelece-se com isso uma dupla forma de apropriação de mais valia: a) no âmbito da economia dependente, que incide sobre as médias e pequenas burguesias em favor dos monopólios tecnológicos, financeiros e comerciais internos e; b) da economia dependente para a economia internacional, em função do intercâmbio desigual, das remessas de lucros, dos pagamentos de juros e amortizações da dívida, fretes internacionais e serviços de diversos tipos, que representam diversas formas de transferências de mais-valia para monopólios mundiais.

A incapacidade de reagir à introdução das novas tecnologias que leva os segmentos que se encontram abaixo das condições médias de produção a recorrer à superexploração do trabalho é o resultado de uma situação estrutural e dinâmica, que deriva não apenas das condições absolutas mas relativas da assimetria tecnológica. Por isso não se refere principalmente a formas primitivas do capitalismo nos países periféricos, mas sobretudo à sua articulação dinâmica com a economia mundial. A superexploração do trabalho restringe relativamente ou absolutamente a produção de bens de consumo necessário, reorientando parte da mesma para o setor de bens de consumo suntuário onde está concentrada a mais-valia extraordinária. Isto implica a destruição, a centralização e concentração de capitais no setor de bens de consumo necessário que se constitui numa das fontes de desemprego estrutural. O desemprego estrutural e/ou o estabelecimento de restrições sociais e políticas à organização do poder popular constituem condições imprescindíveis para a imposição da superexploração do trabalho, permitindo que os preços da força de trabalho caiam a baixo do seu valor. Os resultados são os altíssimos índices de desigualdade nas economias dependentes, muito superiores àqueles estabelecidos nos países centrais e a enorme incapacidade de avançar em reformas sociais significativas que atinjam a concentração de propriedade fundiária, urbana e empresarial, erradiquem a miséria e a pobreza, e promovam o desenvolvimento social e a sustentabilidade democrática. Por estas razões, Marini considera os

processos democráticos na América Latina instáveis e suscetíveis à ação destrutiva da contrainsurgência e ao controle externo por organismos burocráticos e corporativos do grande capital.

Marini ao estabelecer sua teoria da superexploração do trabalho em *Dialética da Dependência* (1973) não pretendeu lhe dar formato definitivo e acabado, mas colocar os pilares fundamentais de uma economia política da dependência a ser desenvolvida posteriormente. Concebe *Dialética da Dependência* como uma introdução ao tema ao qual voltou em vários trabalhos como em *Las razones del neodesarrollismo* (1978), *Mais-valia extraordinária e acumulação de capital* (1979), *O ciclo do capital na economia dependente* (1979) e *Processos e tendências da globalização capitalista* (1996) para citar os mais proeminentes.

Em *Processos e tendências da globalização capitalista*, Marini afirma que a superexploração do trabalho tende a se estender aos países centrais com o redesenho da divisão internacional do trabalho trazida com o avanço dos processos de globalização. Aponta como principal razão para isso a tendência ao nivelamento mundial da composição técnica do capital gerada pelo deslocamento crescente do monopólio produtivo da tecnologia para o conhecimento, o que acelera a difusão internacional da tecnologia. Tal mudança nas forças produtivas cria novas fontes globais de mais-valia extraordinária constituídas, de um lado, pelo monopólio da ciência e do conhecimento e, de outro, pela associação entre a alta tecnologia e a força de trabalho superexplorada que estabelece unidades de produção direcionadas aos mercados mundiais desde as periferias. Cria-se uma nova divisão do trabalho nas empresas multinacionais, onde as filiais têm elevada a sua composição técnica e a sua dependência do monopólio do conhecimento da matriz, mas produzem também para os mercados dos países centrais impondo neles um novo patamar de competição para as empresas de base estritamente nacional que, incapazes de fazer frente a este novo padrão de concorrência desenhado no mercado mundial por meio de inovações organizacionais e tecnológicas, impulsionam a superexploração do trabalho.

Embora a proposição de Marini sobre a superexploração seja seminal e paradigmática e ele a associe à dinâmica do capitalismo e ao progresso tecnológico, consideramos que alguns aportes são importantes para desenvolver a sua perspectiva:

a) A matematização do enfoque da superexploração no âmbito da teoria do valor mostrando sua pertinência e as condições concretas a partir das quais atua no plano da concorrência. Em nosso livro *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (2011) e em nosso artigo *El pensamiento de Ruy Mauro Marini y su actualidad para las ciencias sociales* (2015) procuramos definir matematicamente no âmbito da teoria do valor as condições específicas em que atua de forma sistemática a superexploração do trabalho como uma necessidade do regime de acumulação capitalista, o que permite projetá-la para além das condições específicas da dependência, como faz Ruy Mauro Marini em 1996, desde que níveis similares de assimetria produtiva se estabeleçam;

b) A inclusão do aumento do valor da força de trabalho – em função da elevação de sua qualificação sem o aumento correspondente da remuneração, como uma das vias da superexploração, que apesar de não estar formalmente nomeada pelo autor estava implícita em seu enfoque. A elevação dos anos de escolaridade dos trabalhadores é um componente do desenvolvimento das forças produtivas e combinado com o aumento da intensidade do trabalho um importante fator de ampliação do consumo popular, que permite conciliar até certo ponto a elevação salarial e a queda dos preços da força de trabalho por abaixo do seu valor;

c) A inclusão da desvalorização dos bens de consumo suntuários em função da competição pela mais-valia extraordinária, como um dos fatores possíveis de ampliação da esfera de consumo popular. Esta é uma forma de ampliação da esfera de consumo popular distinta daquela estabelecida pela mais-valia relativa e se dá no contexto da superexploração. Desenvolve-se muito lentamente e depende

fortemente da elevação dos preços da força de trabalho, ainda que em proporção inferior ao seu valor, para a aquisição de bens mais caros que os tradicionalmente populares. Trata-se, entretanto, de um processo sujeito à regressão uma vez que as condições de superexploração venham a se agravar; e

d) A financeirização do capital como forma de gerar lucros e apropriar-se de mais-valia, uma vez que, com o avanço da automação, a economia de força de trabalho tende a ser cada vez mais insuficiente para transferir valor aos segmentos de bens de consumo suntuário e sustentar preços em situação de elevação da produtividade e desvalorização individual de produtos.

Na conjuntura contemporânea, estabelecida entre 2003-2011 na América Latina, três fatores suavizaram as taxas de superexploração na região:

a) A entrada da China no mercado mundial como forte importadora de produtos básicos e commodities invertendo as relações de preços entre produtos primários e manufaturados, o que favoreceu largamente a balança comercial e de transações correntes latino-americana, reduzindo o intercâmbio desigual;

b) O surgimento de governos de esquerda e centro-esquerda na região a partir de 1999, com a posse de Hugo Chávez (1999) e, notadamente, desde 2003, com as de Nestor Kirchner e Lula. Tais governos, aos que se somariam os de Tabaré Vasquez/Mujica, Evo Morales, Michele Bachelet, Rafael Correa, Cristina Kirchner, Fernando Lugo e Manuel Zelaya e Dilma Roussef – os três últimos depostos por golpes de Estado – ampliaram, no geral, em maior ou menor grau, o consumo popular. Nos casos mais radicais colocou-se em cheque a estrutura social assentada sob a superexploração, e em outros casos se propiciaram melhorias ou ajustes dentro da ordem; e

c) O estabelecimento de um ciclo longo de expansão da economia mundial desde 1994, o que favorece a competição, a difusão tecnológica e a desvalorização de mercadorias para se manter a mais-

valia extraordinária. Embora tal ciclo tenha se iniciado na economia mundial desde 1994, as taxas de pobreza só apresentam queda na região a partir de 2003, tomando-se 1980 como referência.

Entretanto, estas tendências positivas iniciaram sua reversão a partir de 2011, com o esgotamento do período de boom das commodities e a queda dos seus preços de forma mais acentuada a partir de 2014/15. O provável encerramento, ainda nesta década, do período expansivo do Kondratiev iniciado em 1994, deve aprofundar ainda mais estas tendências colocando em cheque a estratégia de reprimarização da pauta exportadora latino-americana, em particular, a partir de uma eventual desaceleração da economia chinesa e a mudança de sua pauta de importação, em função da elevação do nível de renda de sua população e de sua transição para uma economia de serviços e de alta tecnologia. A ofensiva da direita mundial e regional contra os governos de centro-esquerda e esquerda na América do Sul, buscando sua desestabilização e queda, tem provocado fugas de capitais, isolamento político e econômico e crises que culminaram com golpes de Estado, como no Brasil, ou derrotas eleitorais, como na Argentina. Tal ofensiva vem propiciando o ambiente para uma retomada da dominação neoliberal na região e para a drástica elevação dos níveis de superexploração, caso as lutas sociais emancipatórias não derrotem esta ofensiva.

O subimperialismo em questão

Outro tema chave da economia política de Marini é o do subimperialismo. Para o autor, o subimperialismo é um projeto de desenvolvimento no capitalismo dependente que se articula a certas condições. A primeira é a internalização de uma base tecnológica mundial de composição orgânica média implicando o ingresso do capitalismo dependente na era do capital financeiro e dos monopólios. A segunda é a existência de um projeto político de potência

nos países dependentes. A terceira é a viabilidade deste projeto aproveitando-se de espaços existentes nos marcos da cooperação antagônica entre países do centro e da periferia. Vejamos isto em mais detalhe.

Segundo Marini, o subimperialismo surge como uma tendência de expansão no capitalismo dependente quando o desenvolvimento de sua composição orgânica do capital implica no estabelecimento de escalas produtivas que se chocam com os limites do mercado interno aprofundados pela superexploração do trabalho. A exportação de mercadorias e capitais para mercados vizinhos pode valer-se então das assimetrias tecnológicas geradas com a maior associação e integração tecnológica ao imperialismo para criar uma divisão regional do trabalho e se afirmar como a alternativa mais dinâmica de realização da produção, que se conjuga a outras internas e menos dinâmicas, como o consumo estatal e o consumo suntuário. Esta possibilidade para se efetivar deve projetar-se em um espaço geopolítico que não lhe apresente barreiras de entrada inviáveis e que, portanto, não seja de influência absoluta da economia política do imperialismo. A alternativa subimperialista estaria descartada nas Américas do Norte e Central pela forte presença estadunidense na região abrindo-se esta possibilidade na América do Sul, principalmente ao Brasil.

O projeto subimperialista se move em um âmbito contraditório, pois se de um lado vincula-se à integração tecnológica ao imperialismo e às necessidades de exportação de capitais e mercadorias oriundas da elevação da composição orgânica do capital, de outro vincula-se a um projeto local de ampliar a composição orgânica do capital para além do possibilitado pela simples expansão do investimento direto estrangeiro, buscando nos marcos da cooperação antagônica com os países centrais internalizar e desenvolver setores da indústria de bens de capital que tensionam os limites impostos à periferia na divisão internacional. Para isso, o projeto subimperialista utiliza o Estado como um instrumento de fortalecimento das burguesias nacionais em sua

articulação com o capital estrangeiro e com o imperialismo. É neste contexto que Ruy Mauro Marini analisa as contradições que permeiam o projeto subimperialista na América Latina a partir dos anos 1970. O subimperialismo se exerce portanto dentro dos marcos geopolíticos estabelecidos pela cooperação antagônica entre países imperialistas e dependentes, mas a sua viabilidade depende da sua capacidade de se distanciar tanto da subordinação pura ao capital estrangeiro quanto dos excessos da autonomia nacional.

Este enfoque foi exposto por Ruy Mauro Marini em textos como *La acumulación mundial y el subimperialismo* (1977) e *Estado y crisis en Brasil* (1977), bem em como em seu livro *Subdesarrollo y revolución* (1968), em particular no *Prefácio à quinta edição* deste (1974). Para o autor apenas países como Brasil, Israel e Irã poderiam se candidatar a exercer um papel subimperialista. Ele analisou a economia política das ditaduras militares dos anos 1960-70-80 no cone sul, em particular a brasileira, e mostrou que seus projetos de internalização de uma indústria pesada petroquímica, nuclear, de máquinas e equipamentos e eletrônica apoiavam-se excessivamente na articulação de um capitalismo de Estado, chocando-se com os interesses do grande capital transnacional, sendo uma das razões do seu isolamento e do apoio do imperialismo a transições democráticas controladas pelo alto que levaram à sua desarticulação.

Ao voltar ao tema do subimperialismo nos anos 1990, em seu livro *Dependência e integração na América Latina* (1992), Ruy Mauro Marini menciona que a reconversão impulsionada pelo neoliberalismo importaria a destruição de segmentos de maior valor agregado da indústria da região, entrando em choque com frações da burguesia ligada à indústria pesada e de maior intensidade tecnológica e com frações do setor militar vinculadas a versões mais autonomistas do projeto subimperialista. Para o autor a reconversão neoliberal exigiria a elevação da produtividade tecnológica em qualquer setor de especialização da região e destruiria parte do seu capital social ao reestabelecer os

princípios da doutrina das vantagens comparativas. Restringiria ainda a intervenção do Estado no setor produtivo submetendo-o aos controles monetaristas do gasto público e vincularia a reestruturação tecnológica ao investimento estrangeiro e as estratégias privadas de sobrevivência em ambiente competitivo e monopólico. O projeto neoliberal iria assim de encontro ao subimperialista, limitando-o. Expressão desta confrontação é a própria reconversão política que colocaria em confronto dois projetos de redemocratização: o Estado de quarto poder, de um lado, onde os militares teriam papel chave na limitação da institucionalidade democrática e cuja melhor expressão foi o Chile pós-Pinochet e, outro, onde o poder político se concentraria no Parlamento, esvaziando o poder popular e os seus projetos de democracia participativa.

A crise do neoliberalismo a partir de 1998 permitiu aos países de maior desenvolvimento relativo regional retomar iniciativas locais integradoras. O Brasil é o caso paradigmático. Se a chegada da centro-esquerda no país através dos governos de Lula e Dilma permitiu avançar na construção de uma política externa solidária manifesta na criação da UNASUL, no estabelecimento da CELAC, na aliança com os governos bolivarianos da Venezuela, Bolívia e Equador, e na revisão dos Tratados de Assunção e dos contratos de compra do gás boliviano, por outro lado, os avanços institucionais na criação de uma integração soberana e cooperativa nos planos intergovernamental e supragovernamental foram muito menos impactantes que a articulação do Estado brasileiro com frações de sua burguesia monopolista para apoiar os seus projetos de expansão capitalista sobre a América Latina, Caribe e África.

Uma análise recente das relações no cone sul mostra o avanço das assimetrias comerciais em flagrante benefício do Brasil, que amplia sua condição regional de exportador de manufaturas e importador de matérias-primas, e detentor de expressivo superávit comercial. Elevam-se também os estoques de investimento direto e os fluxos de

remessas de lucros em favor do Brasil na região. Embora a política externa brasileira nos governos Lula e Dilma tenha sido progressista nos seus parâmetros político e ideológicos não avançou o suficiente para neutralizar o deslocamento da base econômica do país rumo aos vizinhos locais. A participação brasileira no Banco do Sul nunca foi sancionada no Congresso Nacional e o empresariado brasileiro baseou-se muito mais no BNDES para a tomada de decisões de investimentos, do que pretendeu fazer no Banco do Sul.

Desde a ofensiva neoliberal sobre a economia mundial a partir dos anos 1980, a dívida pública tornou-se a grande fonte de realização do capital e de seus lucros extraordinários. Tal processo que se tornou importante fonte de apropriação de mais-valia e de sua transformação em lucros extraordinários vem limitando o alcance do projeto subimperialista brasileiro, subordinando-o fortemente à integração ao imperialismo neoliberal. A dívida pública saltou no governo Fernando Henrique Cardoso de 30% a 60% do PIB entre 1994-2002, e permaneceu neste patamar durante grande parte dos governos petistas, quando o projeto subimperialista recuperou parte de sua força. Mas a partir de 2015, sob forte ofensiva do capital financeiro, adotou-se uma política pró-cíclica de elevação das taxas de juros, em contexto de desaceleração do crescimento econômico mundial, que fez a dívida pública alcançar 70% do PIB e colapsar a popularidade do governo Dilma. O golpe de Estado de 2016 girou o eixo de poder em favor do capital transnacional, do projeto neoliberal e da financeirização do Estado. Este favorece a expansão do agronegócio, assim como do rentismo e da dívida pública para a fabricação de capital fictício em detrimento dos nexos do Estado com a indústria pesada e com a produção de serviços públicos como a educação, saúde e infraestrutura.

Marini não chegou a analisar em detalhe este padrão de acumulação financeirizado e reprimarizador, onde a dívida pública joga um papel central na apropriação de mais-valia e de lucros. Todavia apresentou indicações de que o considerava uma versão do

neoliberalismo contemporâneo que restringia fortemente o alcance do projeto subimperialista, subordinando-o na hierarquia de poder, ainda que sem eliminá-lo.

A dependência e o modelo político: a democracia em questão

Ruy Mauro Marini assinala que o capitalismo dependente, ao basear-se na superexploração, tendia a gerar processos democráticos instáveis pela resistência do grande capital, e das diversas frações do capital que se associavam à sua liderança, às reformas sociais que ampliassem o mercado interno, reduzissem os níveis de desigualdade e pobreza e desconcentrassem a propriedade. Desta forma os processos democráticos, ultrapassados certos limites eram ameaçados por tentativas de desestabilização e tendiam a se desdobrar em formas de transição ao socialismo ou em rupturas institucionais reacionárias para estabelecer Estados de contrainsurgência.

O estabelecimento do Estado de contrainsurgência se dividia em três etapas articuladas que podiam se conjugar no tempo, em maior ou menor grau. A primeira, onde através de uma política de terror buscava-se exterminar as esquerdas, as organizações dos trabalhadores e a oposição liberal mais radical. A segunda, onde, a partir da destruição institucional estabelecida pela primeira, pretendia-se implantar um Estado corporativo do grande capital sob regime civil ou militar. A terceira em que procurava-se transitar para uma democracia “saneada” a partir do expurgo das forças que ameaçavam a dominação burguesa. O grau em que estas etapas se conjugariam entre si dependeria da extensão e profundidade das tarefas de destruição.

Os Estados de contrainsurgência pretendiam dar lugar a Estados de quarto poder ou a democracias liberais que, blindadas das forças de esquerda, concentrariam o poder no Parlamento, evitando a emergência de formas populistas ou de democracias participativas que ameaçassem o domínio do capital sobre a sociedade. Enquanto os Estados de quarto poder assumiam formas institucionais que

limitavam explicitamente a competitividade eleitoral, submetendo-as a instâncias externas ao processo representativo, as democracias liberais assumiam formas mais abertamente competitivas, a partir do extermínio político e social realizado pelos Estados de contrainsurgência. Marini diferenciava os Estados de contrainsurgência dos fascistas pelo caráter provisório da ação de destruição e pelo propósito de restabelecer a democracia liberal. Todavia, o reestabelecimento das democracias liberais depende menos de propósitos doutrinários e mais do grau e da extensão da atividade de destruição e das forças que se cristalizam neste processo, devendo a oposição ou a convergência entre os estados de contrainsurgência e os fascistas serem tomadas menos em sua conceitualização abstrata do que em sua expressão histórica concreta.

Durante os anos 1960-70 os Estados de contrainsurgência assumiram principalmente a forma de Estados corporativos do grande capital e das forças armadas, pelo papel central destas últimas na organização da sua institucionalidade. Um limite importante para que nos países dependentes se afirmassem Estados fascistas foram as contradições que aqueles estabeleceram com o capital estrangeiro, impulsionando projetos subimperialistas que tendiam a ultrapassar os marcos da cooperação antagônica entre centros e periferia. O avanço dos movimentos sociais e as fraturas provocadas pelo neoliberalismo entre o grande capital e as forças armadas abriram o espaço para a radicalização democrática levando à ascensão de centro-esquerdas e esquerdas e a ultrapassagem dos Estados de quarto poder e das democracias liberais restringidas, o que recolocou o dilema entre a expansão das democracias populares e novas situações de instabilidade política institucional e interrupção do poder popular.

A ofensiva da direita que se verifica na América do Sul busca reestabelecer a contrainsurgência para a imposição de processos políticos sob controle do grande capital. Trata-se de restabelecer a fórmula da democracia liberal, com o expurgo das esquerdas e lideranças populares, para que o grande capital exerça seu poder

no Parlamento, submetendo a sociedade a uma política de controle e terror exercida pelo monopólio midiático exercida pelas grandes corporações. Para isso é necessário deslocar dos militares aos monopólios midiáticos a tarefa principal de aniquilação dos setores populares e de controle social do Parlamento e dos poderes judiciário e executivo, fundindo num só processo, democracias liberais, Estados de contrainsurgência e de quarto poder. Este é o projeto de “golpe brando” aplicado com êxito no Paraguai de Lugo, em Honduras de Zelaya e no Brasil de Dilma. A sua viabilidade depende da debilidade das esquerdas para abreviar a profundidade das tarefas de destruição facilitando esta articulação. Todavia, a crise do modelo neoliberal se aprofunda na região e as lutas sociais devem se intensificar levando ao surgimento de confrontações mais radicais e de novas lideranças políticas apoiadas, principalmente, na expansão do proletariado de serviços em articulação com movimentos sindicais, identitários, comunidades populares e movimentos pela reforma agrária.

Bibliografia

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Boitempo, 2011.

_____. El pensamiento de Ruy Mauro Marini y su actualidad para las ciencias sociales. In OLAVE, Patricia (org.). *A 40 años de Dialéctica de la dependencia*. Mexico DF: UNAM, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México D.F: Ediciones Era, 1973.

_____. Economía política de un golpe militar. *Foro Internacional* 58, México D. F., vol. 15, n. 2, p. 279-291, oct./dec. 1974.

- _____. El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre el Chile. *Ediciones Era*, 1976 (Serie Popular).
- _____. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos*, México D. F., n. 13, 1977.
- _____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, México D. F., n. 12, 1977.
- _____. Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra. *Revista Mexicana de Sociología*, México D. F., n. especial, p. 57-106, 1978.
- _____. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Úrsula (org.). *Mercado y dependencia*. México D. F.: Nueva Imagen, 1979.
- _____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, México D. F., n. 20, 1979.
- _____. Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora. In: STAVENHAGEN, R.; LACLAU, E.; MARINI, R. M. *Tres ensayos sobre América Latina*. Barcelona: Anagrama, 1980, p. 91-135.
- _____. Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile. *Cuadernos CIDAMO*, México D. F., n. 7, 1982.
- _____. *Subdesarrollo y revolución*. 12. ed. México (D. F.): Siglo XXI, 1985.
- _____. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. *El experimento neoliberal en Brasil*, 1992 (mimeografiado).

_____. El Estado de contrainsurgencia. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (org.). *La teoría social latinoamericana: la centralidad del marxism*. México D. F.: UNAM, Tomo III, 1995.

_____. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (org.). *La teoría social latinoamericana: cuestiones contemporáneas*. México D.F.: UNAM, Tomo IV, 1996.